

A cidadania e o direito à cidade: a política de localização das classes populares na metrópole do Rio de Janeiro

Autora

Monaliza de Souza Ferreira

Orientadoras

Luciana Correa do Lago e Irene de Queiroz Mello

TEMA DA PESQUISA

Este trabalho se insere no âmbito da pesquisa sobre as formas de provisão de habitação social no Brasil no contexto político recente e introduz o conceito de cidadania e direito à cidade, com o foco no atual conflito das ações do Estado e das ações dos movimentos de moradia.

Enfoque sobre os empreendimentos no Centro do Rio de Janeiro da Faixa 1 (renda familiar até 3 salários mínimos)

Foi criado com o objetivo de melhorar o desempenho econômico e, também, diminuir o déficit habitacional

Programa Minha Casa Minha Vida
2009

O modelo predominante foi o empresarial e isso acabou intensificando o processo de periferização das classes populares.

A partir de lutas dos movimentos sociais de moradia, o MCMV Entidades foi criado.

OBJETIVO

Nosso objetivo foi examinar como as ocupações de imóveis ociosos realizadas pelos movimentos de moradia financiadas pelo PMCMV Entidades na região central do Rio de Janeiro, uma área com infraestrutura consolidada, podem garantir o direito à moradia e ao trabalho, em contraposição ao processo de periferização promovido pelo PMCMV empresarial. Assim, pretende-se demonstrar resultados da resistência dos movimentos sociais.

METODOLOGIA

Para alcançar nosso objetivo, examinamos o entorno de dois empreendimentos habitacionais financiados pelo MCMV-Entidades, produzidos de forma autogestionária pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) na área central do Rio de Janeiro. Fizemos uma breve análise do perfil social e econômico dos moradores do Centro e Zona Portuária, bem como uma leitura econômica do território.

Apoio:



PR-3

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

BREVE ANÁLISE

Segundo Lago e Cardoso (2015), há duas tendências opostas: dois movimentos contrários: a elitização no Centro e a proletarização da zona portuária. A seguir, alguns dados do CENSO 2000 e 2010.

TENDÊNCIAS NO PERFIL SOCIAL DOS MORADORES

Categorias sócio-ocupacionais	Categorias superiores		Categorias médias		Trabalhadores manuais		Total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Distritos centrais							2000 - 2010
Centro	10,3%	18,8%	39%	35,8%	51%	45%	100%
Portuária	3,3%	2,7%	27,9%	23,2%	69%	74%	100%
RMRJ	11%	14%	28%	26%	61%	60%	100%

Renda média dos chefes ocupados segundo condição de ocupação do domicílio - em R\$

Distritos centrais	Próprio quitado		Próprio prestação		alugado	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	Centro	3.256	3.519	3.928	4.038	2.612
Portuária	1.917	1.558	2.504	2.113	2.004	1.580

CRESCIMENTO POPULACIONAL X LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Distritos centrais	Tx anual cresc. demogr.	Nº domicílios 2010	Lançamentos imobiliários 2001 - 2010*
Centro	0,6%	19.909	946
Portuária	2,1%	15.987	0
RMRJ	0,9%	2.394.084	

* Lançamentos empresariais no Município do Rio de Janeiro.
Fonte: Armazém dos Dados/ADEMI

CONFLITO E REMOÇÃO

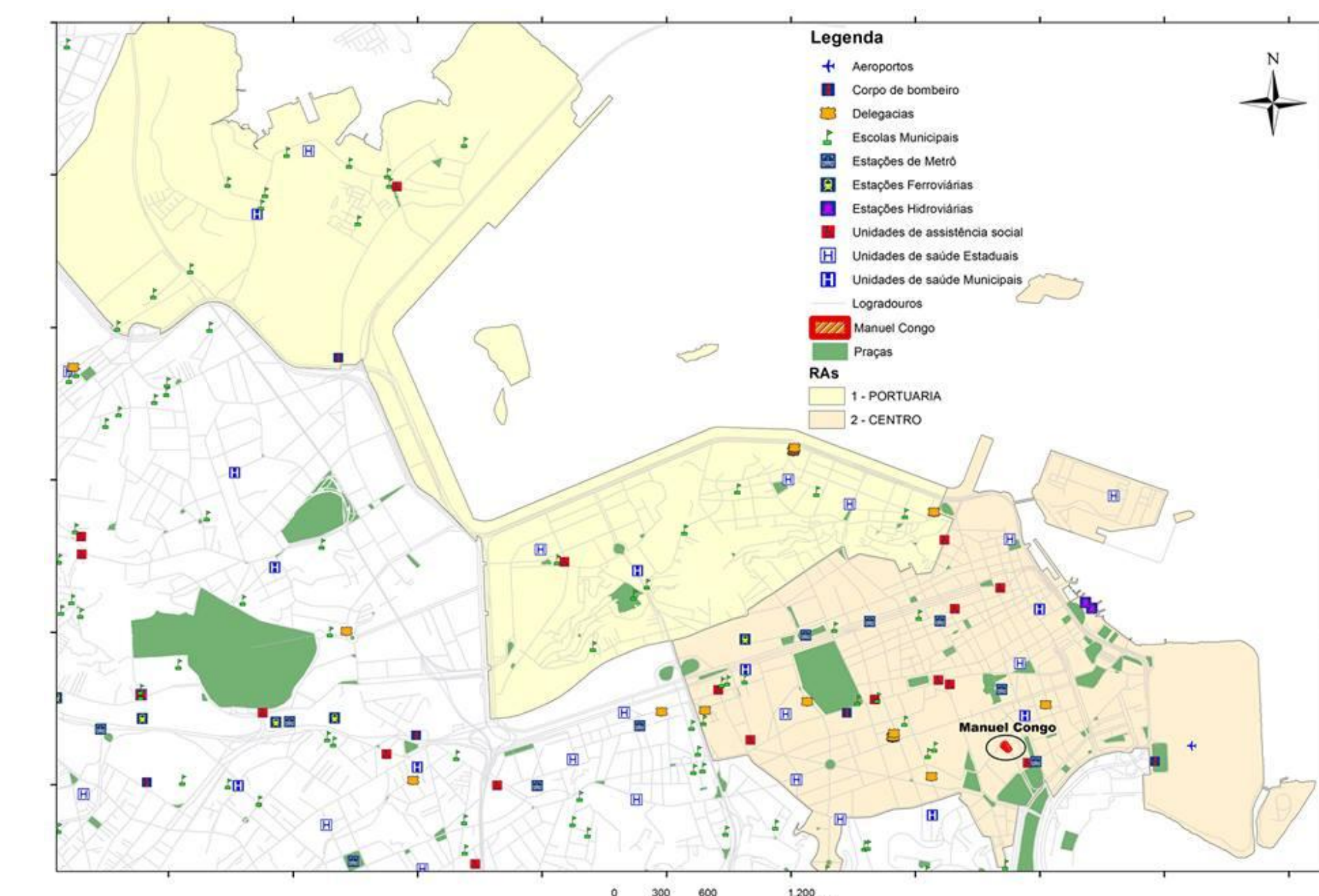
Comunidade/Ocupação	Ano de início	Nº de famílias ameaçadas	Nº de famílias removidas	Total de famílias	Justificativa
Favela do Sambódromo (Centro)	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
Morro da Providência (Porto)	1897	140	60	832	Implantação de teleférico e plano inclinado; área de risco
Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	
Ocupações na Rua do Livramento	s/i	-	400	400	
Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	
Ocupação Quilombo das Guerreiras	2006	70	-	70	
Ocupação Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	
Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	
Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	
Total		735	1055	1827	

Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2014)



Equipamentos Públicos _____ 52
Comércio e serviços _____ 321
Praças e Parques _____ 18
Uso Misto _____ 32
Vazio ou abandonado _____ 102
Igrejas e Centros culturais _____ 26

Movimentos sociais com projetos habitacionais UMP, CMP E MNLM



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas duas ocupações na área central se apresentam como exemplos de acesso ao direito à moradia na cidade, ou seja, com serviços públicos, infraestrutura e trabalho. Estas experiências só foram possíveis porque a terra pública foi concedida para os empreendimentos, não sendo necessário acessar a terra através do mercado imobiliário.

Outro aspecto relevante destes casos é que o MNLM tem, para além da luta pela moradia, um projeto de trabalho. Assim, criaram uma cooperativa, que prevê um restaurante em cada uma das ocupações, e a dinâmica urbana no entorno é fundamental para o sucesso deste projeto.

Estes casos podem ser entendidos produtores de uma cidade mais justa, podendo ser uma referência para o Estado doar terras públicas e financiar outros projetos com este perfil.